

FLAMA

EM DESTÁCVEL
AMÉRICA LATINA:
SEDE E FOME DE JUSTIÇA

PORQUE FOGEM OS "PIDES"?

a-418

CABO VERDE: RECUPERAÇÃO DA DIGNIDADE



COOPERATIVA AGRÍCOLA DE CASEBRES TRANSFORMAR A VIDA A GOLPES DE ENXADA

CABO VERDE: RECUPERAÇÃO DA DIGNIDADE

Texto de ANTÓNIO AMORIM

Depois de 519 anos de dominação colonial, de exploração e escravatura, o povo cabo-verdiano ascendeu à independência. A comunidade das nações conta, assim, desde o passado dia 5 de Julho, com o seu mais jovem componente: o arquipélago de Cabo Verde, que se associará à República da Guiné-Bissau, através de uma política original única no Mundo, sob a orientação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P. A. I. G. C.) que conduziu a luta libertadora em ambos os territórios durante dezassete anos. Para nós, Portugueses, neste momento crucial da nossa história, o nascimento de mais uma nação de expressão portuguesa é um marco exemplar no processo de descolonização em curso. Para os povos dos dois países, que sofreram duramente a opressão colonialista e fascista, decorre, agora, uma luta com objectivos comuns, de independência nacional, de progresso e de justiça social.

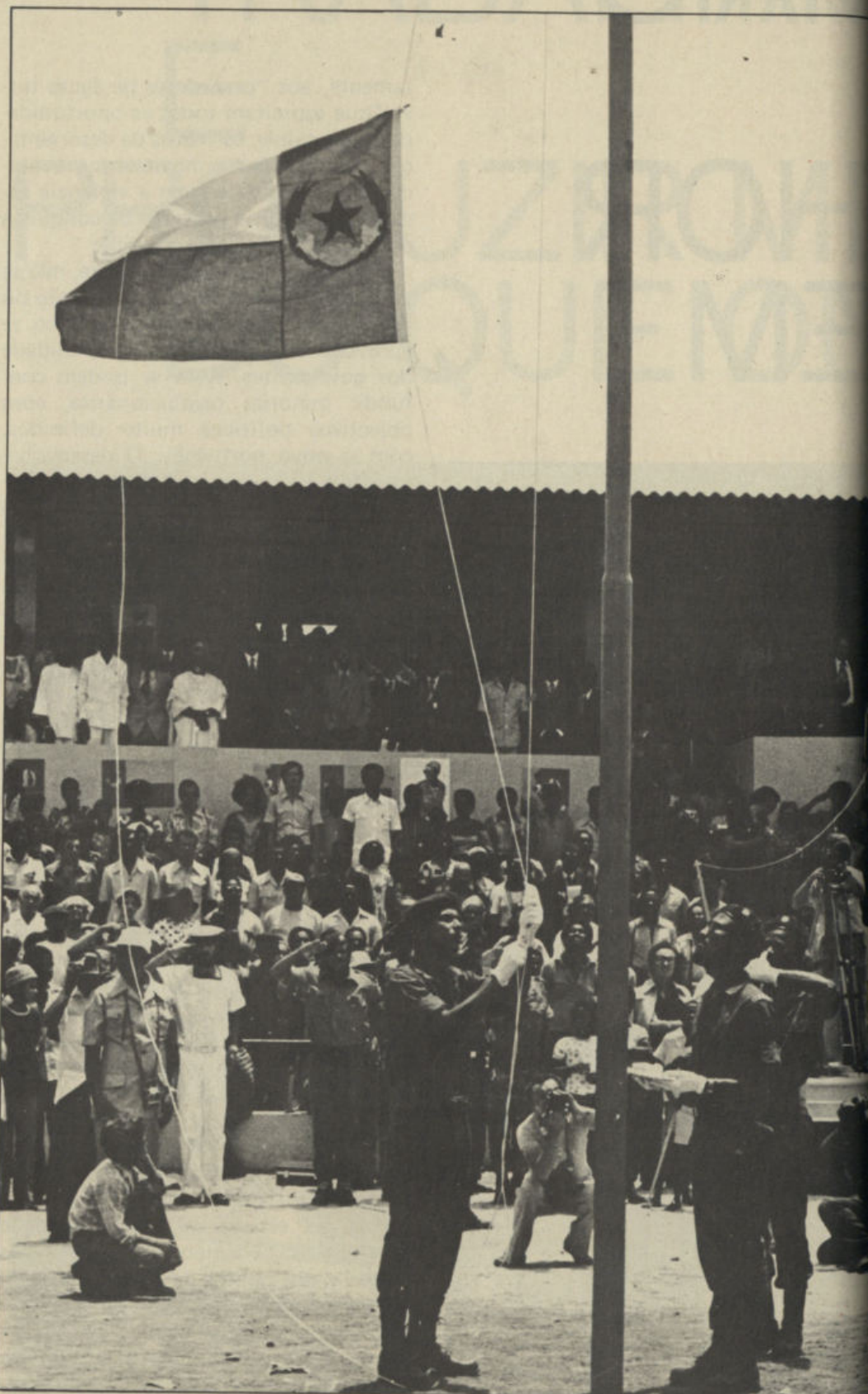
Texto de ANTÓNIO AMORIM

Fotos de EURICO CHALBERT

Se Amílcar Cabral não tivesse tombado perante as balas cobardes disparadas sob a mira de interesses colonialistas e imperialistas, estaria no dia 5 de Julho de 1975, na cidade da Praia, capital do novo Estado de Cabo Verde, assistindo e participando no último capítulo da primeira fase do programa do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde: a libertação total e definitiva dos povos da Guiné e de Cabo Verde de toda a dominação colonialista.

Mas o grande revolucionário e "leader" africano esteve presente nas palavras e no pensamento sobretudo dos que viveram em solo cabo-verdiano, árido mas libertado, as cerimónias da independência.

"Homens, mulheres e crianças de Cabo Verde, povo de Cabo Verde! Chegou a hora de mostrar à África e ao mundo que queremos a nossa dignidade de homens e de africanos, que não queremos a vida de miséria, de fome e de sofrimento que nos dão os colonialistas portugueses. Sob a bandeira gloriosa do nosso partido, de mãos dadas com os nossos irmãos da Guiné, vamos reconquistar a nossa dignidade de homens e de africanos. Avante na nossa



A partir das zero horas do dia 5 de Julho, a comunidade das nações passou a contar com mais um país: Cabo Verde, liberto da exploração e da escravatura após cinco séculos de exploração colonial. À DIREITA — O general Vasco Gonçalves e Aristides Pereira numa das fases das cerimónias.

CABO VERDE: RECUPERAÇÃO DA DIGNIDADE



luta de libertação." Estas palavras são de Amílcar Cabral, recordadas ao fim de dezasseis anos de luta pelos revolucionários que levaram ao fim o seu programa, pelo povo libertado e pelos homens do M. F. A., testemunhando mais um acto do compromisso solene que assumiram ao libertar o povo português do regime fascista: a libertação do jugo colonialista de todos os povos sob administração portuguesa.

Às zero horas do dia 5 de Julho de 1975, os 56 deputados da Assembleia Nacional do arquipélago proclamaram solenemente a independência de Cabo Verde. A bandeira portuguesa desceu em mais um mastro plantado em solo africano e em seu lugar foi hasteado o pavilhão da jovem nação. As cerimónias da independência, que vinham decorrendo já há alguns dias com a participação da população local em programas culturais e recreativos, teve o seu ponto mais alto no dia 5 de Julho, no Estádio da Várzea com a transmissão oficial de poderes.

Ao acto solene presidiu Aristides Pereira, secretário-geral do P. A. I. G. C., acompanhado por elementos do Governo local e por dirigentes do P. A. I. G. C. A delegação portuguesa que se deslocou a Cabo Verde, chefiada pelo primeiro-ministro, general Vasco Gonçalves, era integrada pelo general Carlos Fabião, pelo tenente Judas e pelo capitão Graça Cunha, em representação do Conselho da Revolução, e por dirigentes de alguns partidos políticos. Nas palavras proferidas quer pelos dirigentes do P. A. I. G. C. quer pelo primeiro-ministro português foi constantemente sublinhado o alto significado que assumiu para os dois povos a proclamação da independência de Cabo Verde e o facto de, apesar da colonização comum por um regime fascista ao serviço dos

O acto solene da independência do arquipélago de Cabo Verde foi presidido por Aristides Pereira, acompanhado de elementos do Governo local. A delegação portuguesa foi chefiada pelo general Vasco Gonçalves, que reafirmou os laços de amizade e de cooperação de Portugal com os estados africanos.

interesses capitalistas, os povos cabo-verdiano e português se terem naturalmente irmanado na mesma luta. Como frisou, a propósito, o general Vasco Gonçalves, Portugal não abandona a África, mas, pelo contrário, estreita, agora, os laços de amizade e cooperação com todos os estados africanos, e especialmente com os de expressão portuguesa, dentro dos princípios de não ingerência nos assuntos de cada uma das partes, de respeito pela soberania dos povos mas de efectiva cooperação nos domínios do progresso e da justiça social, a caminho duma sociedade onde se ponha termo a qualquer tipo de exploração do homem pelo homem. Nesse sentido, a vocação histórica de Portugal para a cooperação e amizade com os povos africanos, como afirmou o primeiro-ministro português à chegada a Lisboa após a sua presença em Cabo Verde, em representação do general Costa Gomes, vai ganhando, agora, o seu verdadeiro dinamismo, à medida que os governantes daquele continente reconhecem e enaltecem a nova política de Lisboa.

Política original, única em todo o mundo, é aquela em que Cabo Verde ascende à independência.

Com efeito, Guiné-Bissau e Cabo Verde, dois estados soberanos e completamente in-



dependentes, serão governados por um único partido, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P. A. I. G. C.). Assim, existirá uma única direcção e um único aparelho de Estado para os dois países, assumindo, naturalmente, o P. A. I. G. C. todas as responsabilidades de coordenação em matéria económica e técnica entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Trata-se, no entanto, de um sistema provisorio, uma vez que a política do P. A. I. G. C. aponta para a futura unificação dos dois países, sobre a qual se pronunciará a Assembleia de Cabo Verde. É de crer, porém, que esta unificação não venha a pôr em causa o princípio da soberania.

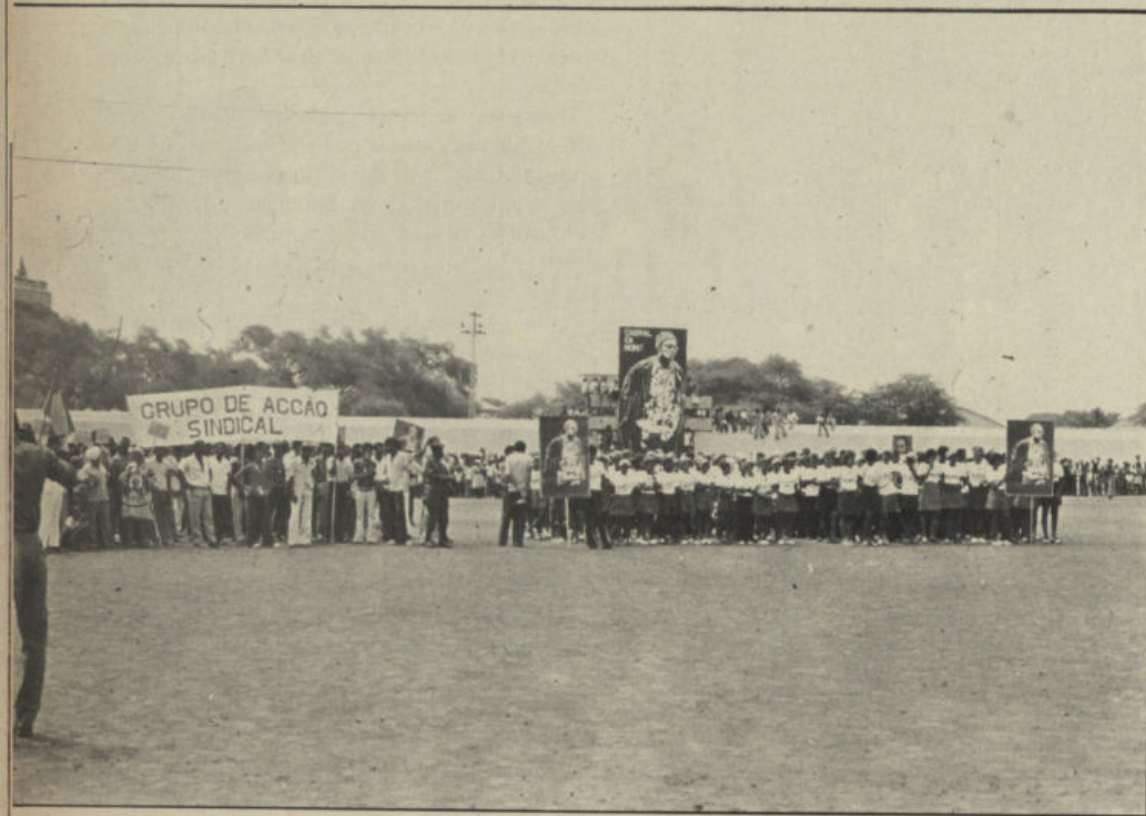
Uma Assembleia Nacional, composta por 56 deputados, designados pelo eleitorado cabo-verdiano, conduzirá os destinos do novo país africano. A estrutura do Governo será idêntica à da Guiné-Bissau. Cabo Verde terá um presidente da República, Aristides Pereira, e um primeiro-ministro, Pedro Pires, que serão designados, respectivamente, presidente do Conselho de Estado e presidente do Conselho de Comissários. A aprovação de uma Constituição está previsto que se verifique dentro de um prazo de três meses. Quanto à política internacional que virá a ser adoptada por Cabo Verde, conhecem-se as repetidas afirmações feitas pelos dirigentes do P. A. I. G. C., segundo as quais o arquipélago se remeterá a um rigoroso não alinhamento, à margem de qualquer bloco militar. Esta posição defendida pelo P. A. I. G. C. vem, assim, colocar fora de questão a hipótese, levantada por alguns observadores, do futuro aproveitamento do porto de Mindelo e do aeroporto do Sal por qualquer das duas grandes potências mundiais.

Mas o grande problema, a grande luta que se abre, agora, ao povo cabo-verdiano é a reconstrução de uma economia completamente arruinada. A seca e a fome têm constituído, até agora, as realidades brutais para os habitantes do arquipélago. Além disso, as dificuldades de ordem natural e climática nunca mereceram a atenção das autoridades colonialistas. Pelo contrário, o povo cabo-verdiano viu agravar-se, com o decorrer dos anos, a sua precária situação pela exploração desenfreada de que era vítima. As "obras de fachada" dos colonialistas limitaram-se praticamente ao sector militar.

Conforme relata a "História da Guiné-Bissau e das Ilhas de Cabo Verde", da autoria de militantes do P. A. I. G. C., a produção de sal no arquipélago, que era, em 1891, de 42 800 toneladas, desceu para 23 758 em 1960; o gado bovino diminuiu de 102 747 cabeças, em 1902, para 78 000 nos anos 50; a exportação de purgueira, que era de 5600 toneladas em 1920, passou para 1477 em 1957.

Castigado por secas intermináveis, o arquipélago não tem podido recorrer à agricultura para a satisfação das necessidades dos seus habitantes, chegando a ser dramáticas as carências alimentares. E, enquanto a Guiné-Bis-

CABO VERDE: RECUPERAÇÃO DA DIGNIDADE



Torturado por uma longa seca que desde há 18 anos traz a fome e a privação ao seu país, o povo cabo-verdiano empunhou com alegria a responsabilidade de ser, finalmente, livre.

sau surge com excelentes condições naturais para o desenvolvimento agrícola, Cabo Verde apresenta condições favoráveis para o lançamento de certas indústrias.

Assim, o Governo pensa em planos globais de economia para as duas regiões, vindo a Guiné a salientar-se nos produtos alimentares (arroz, milho, carne, hortaliças, frutas, óleo de amendoim, refrigerantes e cervejas) e madeiras e Cabo Verde nos produtos químicos e derivados do sal (magnésio, potássio), cimentos e produtos petroquímicos.

A pesar de uma forte taxa de crescimento, a população actual não ultrapassa a dos fins do séc. XIX. As fomes de 1940 e de 1942 fizeram 50 000 vítimas. Numerosos cabo-verdianos tiveram de emigrar para os Estados Unidos (onde eles são mais numerosos do que toda a população do arquipélago), para Dacar, para o Brasil, para a Argentina — pode ler-se também na "História da Guiné-Bissau e das Ilhas de Cabo Verde". Esta é outra das facetas dramáticas do povo cabo-verdiano.

Em 1971 a população do arquipélago, segundo algumas estatísticas do ano anterior, não chegava a 280 000 pessoas, das quais 100 000 dependiam directamente da agricultura, sector que contribuiu com uma percentagem inferior a 10 por cento para o produto interno bruto "per capita", que não ultrapassava 150 dólares.

À medida que aumentava a degradação eco-

nómica e se acentuava a exploração capitalista, começou o êxodo do povo cabo-verdiano. Os naturais abandonaram então o arquipélago e demandaram terras distantes, a troco de novas condições de exploração. Os Estados Unidos, o Brasil, Angola, S. Tomé e a Europa começaram a contar com numerosas comunidades de cabo-verdianos entre as classes trabalhadoras mais exploradas.

Em Portugal, a comunidade cabo-verdiana atingia, em 1972, segundo as estatísticas, cerca de 15 000 trabalhadores. O P. A. I. G. C., por sua vez, afirma que esse número é bastante superior, atingindo cerca de 50 000. De qualquer modo, o desemprego ou subemprego deve atingir actualmente esta comunidade em cerca de 50 por cento, vivendo a grande maioria dos trabalhadores cabo-verdianos em bairros de lata e velhas casas de bairro, como verdadeiros transeuntes obrigados a permanecer em terra alheia, sob as mais difíceis condições de vida, como por várias vezes as páginas da "Flama" documentaram.

Cabo Verde para muitas gerações de portugueses foi nome de arquipélago, distante no Atlântico, cujo nome das ilhas que o compõem dava para repetições de cantilenas nos bancos da escola. Para outras foi território que a política colonial portuguesa obrigou a defender contra os que, justamente, lutavam pela sua libertação. E para muitas

dezenas de militantes antifascistas foi apenas uma ilha e um local de sofrimento ou morte chamado Tarrafal.

Hoje, Cabo Verde é, finalmente, uma nação independente, um povo pequeno carregado de dificuldades mas que toma, confiante e decidido, o destino nas suas próprias mãos.

Em 1456, o navegador veneziano Cadamosto, ao serviço de Afonso V, rei de Portugal, aportava, em pleno Atlântico, a um arquipélago composto por dez ilhas e cinco ilhotas. Cabo Verde situa-se a 500 quilómetros ao largo da costa da África Ocidental. A superfície total das suas ilhas é de cerca de 4000 quilómetros quadrados. Alguns historiadores afirmam que, na altura em que foi descoberto, o arquipélago não era habitado, o que não é concordante com a história da expansão portuguesa.

A "História da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde", da autoria do P. A. I. G. C., refere que "no momento da sua descoberta pelos portugueses, as ilhas de Cabo Verde não eram habitadas" e noutro passo descreve, assim, o arquipélago:

"Distinguem-se dois grupos de ilhas, designados por nomes que evocam a sua posição em relação aos ventos alíseos aqui dominantes: ilhas de Barlavento, ao norte, que compreendem, alinhadas de noroeste a sudeste: Santo Antão (875 km² — a mais vasta e também a mais favorecida pelas chuvas) — São Vicente, onde se encontra o principal porto actual (Porto Grande); Santa Luzia, e os ilheus Branco e Raso, quase desabitados; São Nicolau (346 km²), muito cultivada; finalmente, ao extremo sudeste, isoladas e muito áridas, as ilhas do Sal (206 km²) e Boavista (613 km²).

Ilhas de Sotavento, ao sul, que compreendem, alinhadas de sudoeste a nordeste: o ilhéu de Rumbo e a ilha Brava, onde os terramotos são frequentes; a ilha do Fogo, onde existe um enorme vulcão, ainda activo (a última erupção produziu-se em 1951), com o pico culminante do arquipélago, o Pico (3220 m); a ilha de Santiago, a mais vasta (991 km²), onde se encontra a capital, Cidade da Praia, tem quase a metade da população do arquipélago; finalmente a ilha de Maio (216 km²), tão árida como as ilhas do Sal e Boavista."

A população de Cabo Verde é composta por mestiços (80 por cento), africanos (19 por cento) e europeus (1 por cento). Embora a língua mais falada no arquipélago seja o crioulo (derivado do português arcaico e de algumas línguas da África Ocidental), o idioma oficial tem sido o português.

Com um clima tropical seco, o solo de muitas ilhas é constituído por lavas vulcânicas e quase todas de relevo escarpado. As chuvas são raras e irregulares, beneficiando apenas algumas encostas da precipitação. Os solos, ricos, enriquecidos ainda pelas lavas vulcânicas, não têm sido suficientemente aproveitados.

Bananas, café, tamarindos e rum são as principais produções de Cabo Verde, embora a pesca constitua a sua principal fonte de receita.